



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

105
Top

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0310509-7

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : FELIPE MOTA PIMENTEL DE OLIVEIRA
AGRAVADO : SAMUEL HENRIQUE LINS
DEFENSOR PÚBLICO : VIVIAN CHRYSTIAN SOTERO DE MELO
RELATORA CONVOCADA : Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. BRENTUXIMAB VEDOTIN (ADCETRIS). PORTADOR DE NEOPLASIA MALIGNA - LINFOMA NÃO HODGKIN. CIDADÃO HIPOSSUFICIENTE. COMPROVAÇÃO DA ENFERMIDADE E NECESSIDADE DA MEDICAÇÃO. SÚMULA 18 TJPE. COMINAÇÃO DE MULTA DIÁRIA EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO DE AGRAVO. UNANIMIDADE.

1. O provimento antecipatório dos efeitos da tutela jurisdicional pressupõe a existência de prova inequívoca que conduza a um juízo de verossimilhança acerca das alegações do requerente, bem como o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou o abuso de direito de defesa ou ainda o manifesto propósito protelatório do réu.
2. À vista de sua íntima ligação com o direito à vida e com a dignidade da pessoa humana, a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 2º da Lei 8.080/1990).
3. O SUS visa à integralidade da assistência à saúde, seja individual ou coletiva, devendo atender aos que dela necessitem em qualquer grau de complexidade, de modo que, restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de medicamento para debelá-la, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna (AgRg no Ag 1044354/RS, 2008/0091638-2, STJ-1T, Rel. Min. Luiz Fux, julg. 14/10/2008, DJe 03/11/2008).
4. A respeito da matéria, o Tribunal de Justiça de Pernambuco formulou o enunciado de Súmula nº. 18, segundo o qual "é dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial" (g.n).
5. De fato, o laudo médico e demais documentos apresentados constituem provas inequívocas, suficientes a convencer o juízo da verossimilhança das alegações autorais. O perigo da demora, por sua vez, mostra-se flagrante, no caso, uma vez que a não antecipação da tutela poderia tornar, no futuro, inócua qualquer prestação jurisdicional.
6. A jurisprudência do C. Superior Tribunal de Justiça é farta quanto à possibilidade de imposição de multa à Fazenda Pública por descumprimento de ordem judicial.
7. À unanimidade, negado provimento ao recurso de agravo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

106
/ 66

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos, em que são partes as acima indicadas, DECIDE a Primeira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, conhecer e, no mérito, negar provimento ao presente Recurso de agravo, mantendo incólume a decisão monocrática do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira, tudo nos termos do voto e das inclusas notas taquigráficas, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 24.09.13.

Juíza Cátia Luciene Laranjeira de Sá
Relatora Convocada



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

104
JP

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0310509-7

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : FELIPE MOTA PIMENTEL DE OLIVEIRA
AGRAVADO : SAMUEL HENRIQUE LINS
DEFENSOR PÚBLICO : VIVIAN CHRYSTIAN SOTERO DE MELO
RELATORA CONVOCADA : Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

RELATÓRIO

Cuida-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão monocrática proferida nos autos do Agravo de Instrumento em epígrafe, em que, com fundamento no artigo 557, §1º-A, do Código de Processo Civil, deu provimento ao recurso, reformando os termos da decisão do Juízo primevo, no sentido de determinar que o Estado de Pernambuco forneça ao demandante o medicamento BRENTUXIMAB VEDOTIN (ADCETRIS), conforme prescrição médica, sob pena de multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia de descumprimento (fls. 75/82).

O agravado sustenta ser portador de NEOPLASIA MALIGNA - LINFOMA NÃO HODGKIN (Linfoma anaplásico de grandes células T) ECIVB, com grande evidência da progressão das lesões. Conforme o relatório médico subscrito pela Dra. Renata Brandão - CRM 18162, o uso da substância BRENTUXIMAB VEDOTIN (ADCETRIS) na dose 1,8mg/kg (180mg) a cada 03(três) semanas por até dezesseis ciclos é a alternativa terapêutica mais eficaz e capaz de restaurar a saúde e a vida do autor. Afirma que o agravante já enfrentou 08 (oito) ciclos de quimioterapia - até 18/12/12, porém sem resultados satisfatórios, vide fls. 31/32.

A decisão interlocutória oriunda da 5ª Vara da Fazenda Pública da Capital, inserta à fl. 65 dos autos da ação de obrigação de fazer, indeferiu o pedido de antecipação de tutela em relação ao fornecimento do medicamento BRENTUXIMAB VEDOTIN (ADCETRIS), sob o fundamento de ausência de autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

Às fls. 75/82 foi proferida decisão monocrática deferindo o fornecimento da medicação pleiteada, conforme prescrição médica, sob pena de multa diária.

3



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

108
JP

Em suas razões recursais (fls. 88/97), o Estado de Pernambuco limita-se, em síntese, a reiterar as razões aduzidas na manifestação sobre o pedido de antecipação da tutela, asseverando que, no caso em análise, o medicamento pleiteado não está disponível para comercialização no Brasil em razão da inexistência de autorização da ANVISA. Por conseguinte, a fixação da multa cominatória no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia de descumprimento é totalmente desproporcional à obrigação imposta.

Assim sendo, o Estado de Pernambuco requer a reconsideração da decisão agravada e, caso assim não entenda, que seja o presente recurso encaminhado ao órgão julgador competente, para que lhe seja dado provimento.

É o que, de relevo, se tem a relatar.

O feito independe de inclusão em pauta de julgamento, cf. art. 85, alínea 'e', do RITJPE c/c Súmula do TJPE, enunciado n. 42.

Recife, 24.09.18.

Juíza Cátia Luciene Laranjeira de Sá
Relatora Convocada



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

109
top

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0310509-7

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : FELIPE MOTA PIMENTEL DE OLIVEIRA
AGRAVADO : SAMUEL HENRIQUE LINS
DEFENSOR PÚBLICO : VIVIAN CHRYSTIAN SOTERO DE MELO
RELATORA CONVOCADA : Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

VOTO

Tendo em vista os argumentos coligidos pela parte agravante, entendo por não exercer o juízo de retratação e apresento o presente recurso para julgamento nesta e. Câmara de Direito Público.

No caso em espécie, cuido estarem presentes os requisitos autorizadores da concessão do provimento antecipatório da tutela de mérito, de sorte que, afigura-me escorreita a decisão, ora agravada. Explico.

À vista de sua íntima ligação com o direito à vida e com a dignidade da pessoa humana, a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 2º da Lei 8.080/1990). O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde – SUS.

O SUS visa à integralidade da assistência à saúde, seja individual ou coletiva, devendo atender aos que dela necessitem em qualquer grau de complexidade, de modo que, restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de medicamento para debelá-la, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna (AgRg no Ag 1044354/RS, 2008/0091638-2, STJ-1T, Rel. Min. Luiz Fux, julg. 14/10/2008, DJe 03/11/2008).

Com efeito, a norma constitucional do art. 196, ainda que se entendesse de caráter programático, transcorridas mais de duas décadas da vigência da Constituição da República e havendo estruturação legal e administrativa para o custeio, não se pode admitir o descumprimento ilícito do repasse das verbas para a saúde como justificativa conveniente para o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

110
JP

inadimplemento daquele dever Estatal. A norma cravada no art. 196 da Constituição Federal assim dispõe:

"Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."

Este Tribunal de Justiça e o E. Superior Tribunal de Justiça tem se orientado no mesmo sentido, podendo-se afirmar que se trata de jurisprudência dominante, v.g.:

ADMINISTRATIVO - MOLÉSTIA GRAVE - FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTO - DIREITO À VIDA E À SAÚDE - DEVER DO ESTADO - MATÉRIA FÁTICA DEPENDENTE DE PROVA.

1. Esta Corte tem reconhecido aos portadores de moléstias graves, sem disponibilidade financeira para custear o seu tratamento, o direito de receber gratuitamente do Estado os medicamentos de comprovada necessidade. Precedentes.

2. O direito à percepção de tais medicamentos decorre de garantias previstas na Constituição Federal, que vela pelo direito à vida (art. 5º, caput) e à saúde (art. 6º), competindo à União, Estados, Distrito Federal e Municípios o seu cuidado (art. 23, II), bem como a organização da seguridade social, garantindo a "universalidade da cobertura e do atendimento" (art. 194, parágrafo único, I).

3. A Carta Magna também dispõe que "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação" (art. 196), sendo que o "atendimento integral" é uma diretriz constitucional das ações e serviços públicos de saúde (art. 198).

4. O direito assim reconhecido não alcança a possibilidade de escolher o paciente o medicamento que mais se adequa ao seu tratamento.

5. In casu, oferecido pelo SUS uma segunda opção de medicamento substitutivo, pleiteia o impetrante fornecimento de medicamento de que não dispõe o SUS, sem descartar em prova circunstanciada a imprestabilidade da opção ofertada.

6. Recurso ordinário improvido.

(RMS 28.338/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/06/2009, DJe 17/06/2009)

REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTO. RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO. 1. De proêmio, anotou-se que a obrigação dos entes públicos com relação à prestação de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

111
[assinatura]

serviços de saúde pública (incluído o fornecimento de medicamentos essenciais) é comum, podendo ser demandada qualquer das esferas de governo (CF, art. 198). 2. A necessidade/eficácia da medicação solicitada e a impossibilidade de utilização de outras drogas no combate aos efeitos da enfermidade restam evidenciadas pela apreciação do 'laudo médico' e da 'prescrição médica' acostados aos autos, subscritos, respectivamente, pela Dra. Ericka B. Menezes, do SEOPE Hospital de Olhos, e pelo Dr. Alexandre Ventura (CRM 13733), do Hospital de Olhos Santa Luzia, cujos conteúdos não foram contraditados pelo Estado. 3. Ademais, o só fato de a medicação requestada não constar da lista de medicamentos fornecidos no âmbito do SUS já indica, concretamente até, que a mesma não seria ofertada pela via administrativa. 4. No plano de fundo, é patente a gravidade da doença que aflige o paciente Clovis da Silveira Barros Filho, atestada pelos documentos acostados aos autos, pelo que o atendimento ao referido pleito na forma já deferida é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal. 5. Não se trata de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem deferida em primeiro grau apenas determina o cumprimento de obrigação já adredemente imposta pela própria Constituição da República. 6. Destarte, tem-se que é de ser mantida a multa diária fixada pelo juízo de primeiro grau (R\$ 1.000,00/dia de descumprimento), posto que à parte apelante não interessa o recebimento da multa, mas sim o cumprimento efetivo, a tempo e modo, da obrigação de fazer consistente no fornecimento da medicação, sendo indispensável, pois, que o preceito cominatório seja suficiente para desestimular um eventual inadimplemento. 7. Mantida a verba honorária fixada em primeiro grau, eis que efetuada com base em apreciação equitativa do Juízo e estabelecida dentro dos parâmetros legais (art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC). 8. Reexame necessário improvido, prejudicado o apelo voluntário. (TJ-PE - REEX: 149233420108170001 PE 0014923-34.2010.8.17.0001, Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, Data de Julgamento: 19/04/2012, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 78).

O Supremo Tribunal Federal já se manifestou nesse mesmo sentido.

"SAÚDE - PROMOÇÃO - MEDICAMENTOS. O preceito do artigo 196 da Constituição Federal assegura aos necessitados o fornecimento, pelo Estado, dos medicamentos indispensáveis ao restabelecimento da saúde." (Ag.Reg. no Agravo De Instrumento 837.642 RS, Relator: Ministro Marco Aurélio)

O Princípio do acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, que tem como lastro o Princípio da Isonomia insito no art. 5º, da Constituição Federal, impõe aos Poderes Públicos o dever de agir, devendo realizar, em prol do cidadão, prestações materiais adequadas à promoção e

[assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

112
top

proteção de sua saúde, bem como de sua recuperação nos casos em que for acometido por alguma enfermidade.

Nesse sentido, não me afigura legítima a conduta estatal de "fechar os olhos" para os problemas de saúde que acometem os cidadãos, mormente àqueles que são privados de recursos financeiros para custear tratamento/medicamento indispensável à preservação de sua saúde e, consequentemente, de sua vida, de sorte que, em havendo omissão do Poder Público para custear o tratamento/medicamento de que o cidadão necessita, o Poder Judiciário tem o poder-dever de agir, quando provocado, para compelir o Estado a assegurar o direito à saúde do cidadão desamparado.

Assim, o fornecimento gratuito de medicamentos pelo Estado é medida que se impõe, quando comprovada a necessidade da substância e a incapacidade econômica do paciente em adquiri-la. Afinal, trata-se de direito fundamental, constitucionalmente assegurado, conforme se verifica no seguinte aresto:

*"O recebimento de medicamentos pelo Estado é direito fundamental, podendo o requerente pleiteá-los de qualquer um dos entes federativos, desde que demonstrada sua necessidade e a impossibilidade de custeá-los com recursos próprios. Isso por que, uma vez satisfeitos tais requisitos, o ente federativo deve se pautar no espírito de solidariedade para conferir efetividade ao direito garantido pela Constituição, e não criar entraves jurídicos para postergar a devida prestação jurisdicional".*¹

A respeito da matéria, o Tribunal de Justiça de Pernambuco formulou o enunciado de Súmula nº. 18, segundo o qual "é dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial" (g.n). Na hipótese vertente, o agravante postula o fornecimento da substância "BRENTUXIMAB VEDOTIN (ADCETRIS)" para seu tratamento, segundo prescrição formulada por médico especialista.

No particular, verifico a coexistência de todos os requisitos necessários à antecipação dos efeitos da tutela pleiteada pela parte autora, não encontrando guarida, portanto, os argumentos trazidos pelo Estado agravado.

¹ STF. RE 607.381-AgR, Rel. Min. Luiz Fux, julgamento em 31-5-2011, Primeira Turma, DJE de 17-6-2011.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

113
[assinatura]

De fato, o laudo médico e demais documentos apresentados constituem provas inequívocas, suficientes a convencer o juízo da verossimilhança das alegações autorais. O perigo da demora, por sua vez, mostra-se flagrante, no caso, uma vez que a não antecipação da tutela poderia tornar, no futuro, inócua qualquer prestação jurisdicional.

No caso, o fato do medicamento não possuir registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, por si só, não afasta o direito do portador de doença grave ao recebimento da medicação. Em face da gravidade do caso concreto tendo em vista o risco de morte, caso não ministrado ao agravante o medicamento requestado, torna-se secundário e irrelevante o fato de não ter registro e homologação pela ANVISA.

O agravante sofre de NEOPLASIA MALIGNA - LINFOMA NÃO HODGKIN e já se submeteu a outros tratamentos sem resultados satisfatórios. Foi-lhe indicado, por profissional especializado, a utilização da medicação "BRENTUXIMAB VEDOTIN (ADCETRIS)", que possibilitará melhores resultados, com menos efeitos colaterais, beneficiando a qualidade de vida do agravante, já que seu estado de saúde é grave.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO A PORTADORA DE HEMOGLOBINÚRIA PAROXÍSTICA NOTURNA (HPN). PREFACIAL DE AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA E PREFACIAL DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO REJEITADAS À UNANIMIDADE. MÉRITO. PRESERVAÇÃO DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. INTEGRATIVO IMPROVIDO.1. Prefacial de ausência de prova pré-constituída na ação mandamental de origem rejeitada à unanimidade, posto que mandamus foi devidamente instruído que comprovam a patologia da agravada.2. Preliminar de impossibilidade jurídica do pedido rejeitada à unanimidade, em função de expressa previsão constitucional, sempre que houver lesão ou ameaça de lesão ao seu direito, pode o cidadão socorrer-se às vias judiciais. Mérito.3. Restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de determinado medicamento para debelá-la, conforme documentação colacionada aos autos, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna, sem que haja malferimento do princípio constitucional da legalidade, em face da harmonização dos princípios constitucionais.4. O Poder Judiciário não adentra no mérito administrativo da questão posta, já que sua conduta é direcionada à observância da legalidade, porquanto a saúde é um direito garantido pela Carta Magna a todos, conforme proclama o seu art. 196. 5. O fato de determinada medicação não possuir registro na ANVISA, por si só, não afasta o direito do portador de doença grave ao recebimento do

[assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

114
Top

remédio, a medicação SOLIRIS (ECULIZUMAB), apesar de importada e não estar registrada na ANVISA é reconhecida pela comunidade médica como a única medicação eficaz para o tratamento da doença Hemoglobinúria Paroxística Noturna - HPN. 6. Observância da Súmula 18 desta Corte de Justiça. 7. Precedentes do STF e STJ citados. 8. Agravo regimental unanimemente improvido. Carta Magna 196 (2330372 PE 0002138-09.2011.8.17.0000, Relator: Ricardo de Oliveira Paes Barreto, Data de Julgamento: 16/02/2011, 2º Grupo de Câmaras Cíveis, Data de Publicação: 35)

A propósito do tema, o Ministro Gilmar Mendes, ao analisar as Suspensões de Tutela Antecipada n. 175 e 178, destacou que o fato do medicamento não apresentar registro na ANVISA não afasta a possibilidade de o Poder Judiciário, ou a própria Administração, decidir que medida diferente da custeada pelo SUS deve ser fornecida a determinada pessoa que, por razões específicas do seu organismo, comprove que o tratamento fornecido não é eficaz no seu caso. Portanto, não se pode afirmar que os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas do SUS são inquestionáveis, o que permite sua contestação judicial.

[...] Por tudo isso, o registro na ANVISA configura-se como condição necessária para atestar a segurança e o benefício do produto, sendo o primeiro requisito para que o Sistema Único de Saúde possa considerar sua incorporação.

Claro que essa não é uma regra absoluta. Em casos excepcionais, a importação de medicamento não registrado poderá ser autorizada pela ANVISA. A Lei n.º 9.782/99, que criou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), permite que ela dispense de "registro" medicamentos adquiridos por intermédio de organismos multilaterais internacionais, para uso de programas em saúde pública pelo Ministério da Saúde.

O segundo dado a ser considerado é a existência de motivação para o não fornecimento de determinada ação de saúde pelo SUS. Há casos em que se ajuíza ação com o objetivo de garantir prestação de saúde que o SUS decidiu não custear por entender que inexistem evidências científicas suficientes para autorizar sua inclusão.

Nessa hipótese, podem ocorrer, ainda, duas situações: 1º) o SUS fornece tratamento alternativo, mas não adequado a determinado paciente; 2º) o SUS não tem nenhum tratamento específico para determinada patologia. A princípio, pode-se inferir que a obrigação do Estado, à luz do disposto no artigo 196 da Constituição, restringe-se ao fornecimento das políticas sociais e econômicas por ele formuladas para a promoção, proteção e recuperação da saúde. (STF, STA 175 - AgR/CE, Rel. Min. Presidente Gilmar Mendes, julgado em 17.03.2010)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

115
TJP

Os argumentos de receio de dano irreparável ou de difícil reparação, irreversibilidade da medida e *periculum in mora* inverso não merecem prosperar. É que, a medida é, sim, reversível. O d. Juiz de piso pode a qualquer momento julgar definitivamente a lide e, revolvendo a matéria fática, com base na cognição exauriente, concluir pela improcedência do pedido autoral, fazendo cessar a presente medida.

Doutra banda, a alegação de *periculum in mora* inverso cede em face do direito à vida, bem maior colimado pela nossa Constituição Federal. Ressalve-se que o direito à vida, aqui mencionado, deve ser interpretado em sua acepção mais ampla, consubstanciado pela dignidade da pessoa humana, encartado no art. 1º, inciso III, da CRFB.

Neste caso, a fixação de *astreintes* tem por escopo unicamente reprimir a resistência do Estado, em caso de eventual descumprimento da decisão hostilizada. A fixação da multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) é razoável, porquanto o que está em debate é o direito à saúde do paciente que apresenta o quadro de NEOPLASIA MALIGNA - LINFOMA NÃO HODGKIN, doença de extrema gravidade.

O Código de Processo Civil, entre outras medidas coercitivas, atribui ao juiz a faculdade de impor *astreintes* em desfavor do devedor - ainda que se trate da fazenda pública -, objetivando inibir o descumprimento das obrigações de fazer ou não fazer ou de entregar coisa, que deverá incidir a partir da ciência do obrigado e da sua recalcitrância.

A jurisprudência do C. Superior Tribunal de Justiça é farta quanto à possibilidade de imposição de multa à Fazenda Pública por descumprimento de ordem judicial. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO QUE SE MANTÉM PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. BRIGAÇÃO DE FAZER. COMINAÇÃO DE MULTA DIÁRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. PRAZO RAZOÁVEL PARA CUMPRIMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO. SÚMULA N. 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. (AgRg no AREsp 61220/RS, Relatora Ministra Diva Malerbi (Desembargadora Convocada TRF 3ª Região, Segunda Turma, DJe 04/12/2012) Nesse mesmo sentido são Precedentes Jurisprudenciais do STJ: Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, DJ de 31.05.2004; AGRGRESP 440686/RS, Felix Fischer, DJ de 16.12.2002; AGRESP 554776/SP, Relator

11



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

116
TJP

*Ministro Paulo Medina, DJ de 06.10.2003; AgRgREsp 189.108/SP, Relator
Ministro Gilson Dipp, DJ 02.04.2001 e AgRgAg 334.301/SP, Relator Ministro
Fernando Gonçalves, DJ 05.02.2001."*

Nessa contextura, percebe-se que a matéria se apresenta suficientemente clara, não tendo trazido o agravante qualquer alegação que pudesse ensejar o juízo de retratação por esta Relatoria.

Ante o exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do presente recurso de Agravo, mantendo-se, *in totum*, a decisão monocrática, ora guerreada.

É como voto

Recife, 24.09.13.

Juíza Cátia Luciene Laranjeira de Sá
Relatora Convocada